

## O PAPEL FORMATIVO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTOS/SP

**Solange Fideles da Silva**

*UNISANTOS- Universidade Católica de Santos, Santos, Brasil (fideles2607@gmail.com)*

**Resumo:** O Objeto foram os Grêmios em Santos em sua implantação entre os anos de 1989 a 1996 e em sua iniciativa em curso (período pesquisado: 2013 a 2020). Buscou-se compreender estruturas, finalidades, possibilidades participativas e emancipadoras. O intento foi evidenciar o porquê de um governo estar interessado em abrir espaços democráticos na escola, tendo-se em vista que o campo da Educação vem sendo tomado por direcionamentos neoliberais em várias instâncias.

**Palavras-chave:** Grêmios Estudantis; Formação de Sujeitos; Participação; Democratização da Educação; Alternativa

### INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido para auferir o Título de Mestre em Educação pela UNISANTOS (Linha de Pesquisa 3: Políticas Públicas em Educação dentro do Grupo de Pesquisa: Políticas Públicas em Educação: Trabalho e Formação) e aborda duas iniciativas de Grêmios Estudantis municipais em Santos/SP, sob uma perspectiva histórica, política, filosófica e educacional.

A primeira proposta estudada deu-se entre 1989 e 1996 nas administrações dos prefeitos Telma de Souza e David Capistrano.

A outra iniciativa surgida em 2013 foi implantada como projeto pedagógico da Secretaria de Educação do Município em 2014. Esta iniciativa segue até hoje na Gestão do prefeito Rogério Santos com algumas modificações e expansões. Desta última iniciativa, o período estudado foi entre 2013 e 2020 na administração Municipal do prefeito Paulo Alexandre Barbosa.

Partindo da pergunta de pesquisa: “Que sujeito se busca formar por intermédio dos projetos de Grêmios Estudantis no Município de Santos?”, buscou-se como objetivo de pesquisa compreender os processos e os condicionantes da formação dos sujeitos, pela atividade Gremista, analisando as concepções de sujeito, em distintos posicionamentos, com a finalidade de identificar como diferentes formulações interfeririam e/ou orientariam os encadeamentos dessa formação.

Os objetivos propostos que propeliram a pesquisa foram assim descritos na dissertação:

1. Investigar aspectos acerca dos Grêmios Municipais de Santos, dentro de uma visão dialética, argumentativa e histórica;
2. Analisar as concepções de sujeito em distintos posicionamentos políticos, com a finalidade de identificar como diferentes concepções interferem e orientam o processo de formação;
3. Identificar e elucidar possíveis discrepâncias ou dissonâncias na formação social dos alunos.

Comparando-se as disposições distintas aportaram-se elementos para a construção de alternativas, sendo que o cerne da pesquisa está na ampliação das possibilidades democratizantes e no resgate da finalidade da educação por intermédio da ação Gremista.

Utilizou-se para a construção do texto as provocações nascidas das leituras que compuseram a base teórica estudada e centrada nos conceitos de: autodeterminação em Mészáros; cidadania, humanização e organização da escola e da cultura em Newton Duarte no campo educacional, entre outros.

A metodologia apoiou-se num tripé que abarcou: uma pesquisa bibliográfica atrelada à pesquisa e análise documental, que foram posteriormente confrontadas às entrevistas. O trabalho está dividido em:



capítulo metodológico;

capítulo I – contextualização histórica;

capítulo II - Movimento Estudantil em Santos e suas interligações;

capítulo III - ressurgimento das agremiações estudantis após o golpe Civil Militar de 1964;

capítulo IV – exposição da primeira iniciativa estudada que foi construída nas duas gestões ligadas ao PT (Partido dos Trabalhadores) em Santos;

capítulo V - apresentação do projeto vigente idealizado e introduzido nas Gestões de prefeitos eleitos pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e Republicanos;

capítulo VI - análise dos dados coletados.

Concluiu-se que os posicionamentos e os encaminhamentos dos projetos são díspares porque partem de axiomas distintos e que se faz necessário um processo de síntese das propostas e um fomento à finalidade última da educação, numa ação coletiva sistêmica, a partir dos espaços criados pela iniciativa de Grêmios Estudantis no Município de Santos/SP.

## MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia estava fundamentada num entendimento dialético e numa crítica às contradições que surgiram no itinerário de pesquisa. As contradições mostraram-se no entrelaçamento de dados adquiridos em uma pesquisa bibliográfica prévia, na análise das contribuições presentes em documentos e nas entrevistas com os sujeitos de pesquisa.

O contexto da pesquisa construiu-se por um viés que permitisse vislumbrar questões relativas à melhoria da educação pública e da formação social do educando por intermédio de concepções de Gestão Democrática.

Os sujeitos de pesquisa foram pessoas envolvidas na idealização da estrutura de funcionamento do projeto, nas que o implantaram, e nas que o executaram no dia a dia escolar. Preliminarmente havia a intenção de estender a pesquisa aos alunos, colocando-os como sujeitos na pesquisa, contudo não houve a possibilidade de se concluir o intento. Esta ambição estender-se-á ao processo de pesquisa no Doutorado.

Sucintamente, houve uma aproximação ao Método Materialista, Histórico e Dialético ao tentar abarcar a totalidade da questão proposta e elucidando as

contradições que se apresentavam no percurso da pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pôde-se observar que a introdução reinterpretada de palavras consagradas socialmente em seu aspecto positivo, passam a ser defendidas como benéficas e desejáveis pela parcela de pessoas a quem onera. Ainda que estes termos, palavras e conceitos aparecem incorporados de tal modo que, mesmo quando na prática contradiz a sua interpretação primeira, são tidos como pedras fundamentais e deste modo podem ser manipulados de acordo com o axioma proposto.

O que se espera da ação Gremista em relação aos termos: Participação, Qualidade na Educação, Cidadania e Democracia são díspares nos projetos estudados.

Para exemplificar os achados da Pesquisa atentar-se-á aos usos e entendimentos de Participação, de Cidadania e de Gestão Democrática.

A inteligência sobre Participação é bem explicitada em Cavazzani (2007) e pode elucidar o reflexo de uma sociedade que não apresenta uma sólida estrutura participativa. Em seu estudo, Cavazzani (2007) evidencia diferentes modalidades de participação que sugerem reflexão sobre as condutas assumidas no ambiente escolar. A autora coloca as possibilidades de participação como: Participação pela participação; Participação passiva; Participação efetiva; Participação como presença; Participação como expressão verbal e discussão; Participação como representação política; Participação como tomada de decisão; Participação como engajamento.

Quanto à participação pela participação, Cavazzani (2007) diz ser aquela situação em que se abre espaço para debater, questionar, sem que haja, contudo, qualquer decisão sobre as questões propostas, resultando em um ato banal que aparentemente promove a participação, mas que não passa de omissão ou de uma maquiagem usada quando há uma cobrança, por uma gestão mais democrática.

A participação passiva é aquela em que a gestão aponta o que se deve ou que precisa ser feito, portanto a identificação da necessidade não parte de uma visão coletiva. As assembleias existem somente como meio de legitimação, como meio de referendar uma decisão sem que esta coletividade esteja envolvida em todos os atos, nas múltiplas etapas da ação, incluindo a escolha e o planejamento. Observando, analisando, discutindo, definindo propostas, assumindo responsabilidades coletivamente e não somente cumprindo obrigações preestabelecidas.



A participação como presença, segundo Cavazzani (2007), parte do pressuposto de que o simples fato de pertencer a um grupo é o suficiente. Sua atuação é fator secundário, bastando a presença.

Ao entender participação como expressão verbal, abre-se espaço para a discussão, para a exposição de ideias, porém o caminho a ser tomado já está definido e encaminhado. Este espaço funciona somente para a comunicação de decisões. Esta forma de participação está ligada à participação passiva.

A participação entendida como representação política, parte do pressuposto de que por algum motivo não há como permitir a participação direta de todos e, mediante o voto, atribui-se o poder representativo a alguns indivíduos que reportarão demandas de uma instância a outra. No dia-a-dia das escolas vê-se a execução deste modelo nos Grêmios Estudantis, nas APM's, nos Conselhos Escolares, nas representações sindicais e em outras organizações semelhantes (Comissão de Formatura, Representante de classe etc.).

A participação como tomada de decisão pressupõe o compartilhamento do poder de decisão, das responsabilidades pelos rumos advindos por esta decisão, assim como das dificuldades e desafios.

No ambiente escolar pode-se perceber que a participação ocorre pontualmente quando se busca a solução para problemáticas. Entretanto, estes problemas, em muitos casos não são trazidos pela coletividade e sim pelo(s) dirigente(s) da unidade. Assim, os membros consultados não participam da análise da questão e de seus desdobramentos, ficando restritos à operacionalização pragmática do que é preciso fazer, reservando toda a significação da questão a um grupo seletivo de indivíduos, que no geral é a Equipe Gestora, quando não, é resumida somente à figura do diretor de escola.

A instalação de uma falsa democracia, de falsa possibilidade de participação é um fato constante no ambiente escolar, posto que se utiliza de artifícios para controlar o alcance participativo. A participação como engajamento, que representa o nível pleno de participação, por vezes é podada, cerceada de muitos modos. Ela pressupõe “uma atuação conjunta, superadora das expressões de alienação e passividade de um lado e autoritarismo e centralização de outro” (CAVAZZANI, 2007, p. 43).

Cidadania é outro dos termos que se confunde com o que se pode chamar de “Nova Cidadania” e induzindo direcionamentos divergentes nos projetos de Grêmios Estudantis.

A cidadania precisa ser melhor compreendida tendo-se em vista que há questões não resolvidas com relação a seu alcance no sistema capitalista. Newton Duarte (2010) ressalta a existência de muitas definições atribuídas à cidadania. Centra-se no questionamento da compatibilidade entre a lógica social no contexto capitalista e a dificuldade de conciliar seus fundamentos com a cidadania. Ele deixa explícita a impossibilidade de superação da alienação social mediadas pelo dinheiro e não consegue ser mais do que uma representação idealizada.

Para desenvolver a confrontação, Duarte (2010) intersecciona o tema da cidadania ao tema da moral ao colocar que para que haja pleno desenvolvimento da sociedade capitalista o desenvolvimento moral das pessoas não poderia ser aprofundado. Os seres humanos e suas relações são transformados em mercadorias com valor de uso e de troca mediando o estabelecimento de vínculos. Isso se apresenta no mundo do trabalho, mas também em outros níveis de afinidade interpessoal. A organização da sociedade, a produção de consensos, o modo de apreensão do mundo e de viver cotidianamente seriam organizados para garantir a manutenção de um sistema e não para assegurar o desenvolvimento pleno do potencial humano. O sistema educacional que se apresenta prezaria por qual das duas vertentes? As relações morais ficam comprometidas mediante o interesse de expansão das relações capitalistas de produção.

Duarte (2010) não quis com isso afirmar que as pessoas nas sociedades sejam amorais, mas sim que passam a naturalizar relações vorazes que ferem a moral, passam a ser permeadas por uma lógica que inventa modos de superar limites, legalizando e convencendo da positividade de suas investidas. A contradição entre os valores da sociedade burguesa e a lógica de produção capitalista não permite uma dedução clara entre o que é ser ou não virtuoso e utiliza-se de processos de alienação para subsistir, buscando relativizar tudo até então estabelecido, pois em primeiro lugar está a progressão do lucro.

A incompatibilidade gera uma força contraditória que passa a mover as vidas dos indivíduos que são tratados como meio e não como fim de todos os processos, incluindo-se aí objetivos educacionais. Deste modo “A cidadania está em conflito com as exigências postas pela lógica econômica que rege de fato a sociedade” (DUARTE, 2010, p. 80).

Em diversas situações “ser cidadão” passa a ser confundido com o “ser cliente” e deste modo a cidadania torna-se inviável, abrindo espaço para a introdução de uma interpretação possível dentro deste contexto: a nova cidadania. A expressão da opinião do



cliente é o máximo de participação que se destina às grandes massas.

A criação de uma cidadania universalizada, uma cidadania em âmbito mundial que formasse o “cidadão do mundo”, facilitaria o transcurso da lógica do capital, ainda que o avanço do lucro a qualquer custo venha até a precipitar o iminente risco da sobrevivência humana. Suas preocupações se fixam na resolução dos problemas pelos efeitos que produzem e não nas causas que os originam centrando tudo na consciência individual e não no engajamento atuante para a transformação do todo e não das partes. Portanto, segundo Duarte (2010): “Enquanto as relações sociais tiverem como mediação universal o dinheiro, o ‘cidadão do mundo’ não passará de uma idealização desprovida de real conteúdo.”

As adulterações do que se entende por cidadania é algo inevitável visto que se deve considerar a transformação “ao longo do processo político neoliberal, ensejando novas práticas sociais [...] a fim de confirmar a manutenção do sistema” (MACHADO, n.d., p.1). Aqui entram a mudança de posicionamento em que os cidadãos deixam de ser dotados de força política enquanto sujeitos sociais para conquistarem seus próprios direitos enquanto cidadãos e passam a ser receptores passivos dos serviços advindos do terceiro setor e as nomeadas “empresas cidadãs”, apaziguando a percepção da luta de classes existente na sociedade.

Desta forma: “O conceito de cidadania fundado na universalização de direitos reconhecidos e garantidos pelo Estado é substituído por outro, que se apoia na crescente desresponsabilização do Estado sobre a garantia dos direitos de cidadania” (MACHADO, n.d., p. 1).

Contudo esta transmutação não é de fácil percepção já que a nova noção de cidadania se vincula ao que se entendia por cidadania, gerando desmobilização ao avanço dos direitos civis, políticos e sociais que seriam um viés para a ampliação da “participação do indivíduo na gestão e na definição dos rumos da sociedade” (MACHADO, n.d., p. 8).

O entendimento desse modo de interpretar a cidadania poderia ser percebido na organização Gremista na gestão Paulo Alexandre que tende mais a fomentação de um caráter solidário, filantrópico em que o voluntariado e o exemplo são valorizados. Esta forma de compreender e de articular a participação poderia ser percebida no modo como as diversas diretorias dos Grêmios estão organizadas. O Gremista aparece mais como um Aluno Exemplo, um Líder Exemplar, um Aluno Modelo.

A participação passa a ter outras conotações. Participar na segunda iniciativa passa a ser sinônimo de: presença, expressão verbal, discussão pela discussão e auxílio.

Já na condução dos Grêmios nos governos petistas havia uma preocupação maior com o engajamento. A persona do aluno Gremista, na primeira iniciativa do projeto, está mais alinhada ao Sujeito de Direitos.

A participação era entendida como: ampliação das possibilidades de representação política, espaço para tomada de decisão e de engajamento político na vida cotidiana, como um cidadão atuante;

A Gestão Democrática, antes entendida como espaço de questionamento, com admissão da existência de interesses em disputa e no incentivo a atuação político-social dos Gremistas pela ampliação de direitos; passa a ser o mesmo que colaboração com a gestão escolar.

As contradições encontradas no processo de pesquisa evidenciaram que no primeiro projeto, estas estavam ligadas às impossibilidades inerentes à estrutura educacional. Já na iniciativa de 2013 estavam vinculadas a um reflexo do trabalho docente estranhado e à expropriação (acobertada) de poder, em diferentes níveis.

O desfecho foi se evidenciando: haviam construções axiomáticas diferentes sustentando os dois modelos de projeto de Grêmios Estudantis.

O princípio para a construção de uma teoria da qual posteriormente derivará um sistema axiomático pressupõe, a interligação de postulados (ou princípios) a partir dos quais se farão encadeamentos que levarão a um determinado resultado.

Um postulado é colocado como um fato que necessita ser preliminarmente aceito como verdadeiro para que, após isso, haja a possibilidade de construção de uma verdade partindo do pressuposto original. Portanto, não há como se afirmar se um postulado é plenamente falso ou verdadeiro, já que sua aceitação prévia cria uma lógica interna que dá um suporte coerente e racionalmente aceitável para o desenvolvimento de uma afirmação que não necessariamente precisa ser demonstrada.

Tendo-se um postulado estabelecido como ponto de partida para o desenvolvimento do nexos entre os encadeamentos, as premissas vão moldando o silogismo necessário para a adoção do raciocínio. Portanto, a aceitação desta lógica interna só é razoável se, e somente se, há anuência e o estabelecimento de



um pressuposto da verdade e do que é tido como válido, legítimo e correto.

### CONCLUSÃO

Tomando-se a constatação de axiomas distintos, tanto um projeto quanto outro potencializam suas ações para atender à uma afirmação do pressuposto colocado, reafirmando continuamente a lógica interna que sustenta seu ideário. Desta feita, tanto uma lógica quanto a outra podem ser tidas como certas, tendo-se em vista o propósito a que se destinam.

As propostas de Grêmios Estudantis apresentadas nas administrações Telma de Souza / David Capistrano e Paulo Alexandre Barbosa partem de postulados distintos.

Devido ao momento histórico da redemocratização em que estava inserido, o primeiro projeto aparece mais como uma reação ao período ditatorial, favorecendo condutas democráticas, participativas, cidadãos numa concepção mais emancipatória dos Gremistas enquanto Sujeitos de Direito.

Trazia consigo um enaltecimento à autodeterminação para a formação de cidadãos e de líderes, em uma sociedade que se reorganizava após um longo período em estado de exceção. Para que isso pudesse ocorrer era necessário encaminhar o projeto de Grêmios Estudantis para uma atuação que construísse autonomia e reflexão sobre a realidade social.

A proposta de Grêmios Estudantis no Governo Paulo Alexandre se mostra mais inclinada ao amoldamento às estruturas vigentes e ao envolvimento com causas pontuais da sociedade santista que não estejam imbuídas em mudanças nos ordenamentos já estabelecidos. Há ênfase na colaboração do aluno para o bom funcionamento do sistema escolar, sem o intuito de modificá-lo significativamente ou de analisar suas deficiências.

O aluno agindo como colaborador direto, sendo reconhecido por seus préstimos dentro de sua comunidade escolar, também pode ser interessante a ação Gremista, contanto que sua ação não se limite a isso e que não venha como algo pré-estabelecido.

O “fazer algo” se tornando alguma coisa de suma importância, assim como conseguir compor o arquétipo do “bom aluno” não tinha um objetivo que conduzisse a uma formação humanizadora do modo como evidenciou-se na pesquisa.

Como esse ponto está colocado, ele traz em si outras relevâncias que não estão plenamente voltadas aos

interesses dos alunos enquanto seres sociais autodeterminados e com poder de decisão.

No projeto vigente grande parte do campo de participação apresenta-se pré-determinado, limitando o exercício de decisão efetiva do corpo discente.

Para concluir, apurou-se de que somente projetos educacionais introduzidos nas escolas não apresentam competência para pôr fim a problemas que envolvem questões estruturais do próprio sistema escolar, assim como do sistema socio-político-econômico em que está inserido.

Enfatiza-se que projetos educacionais não tem competência para suplantiar certas questões, por mais bem organizado, financiado, ou apoiado que seja/esteja. O esgotamento do atual sistema escolar necessita de mudança radical e não mais dos ajustes pontuais.

Contudo, das movimentações já em curso, pode-se iniciar reflexões críticas, discussões e reorganizações a fim de instaurar mudança processuais, continuamente, com um objetivo definido de retomada do poder de decisão pelos profissionais da Educação.

Faz-se necessário definir um norte comum, que pudesse indagar o tecnicismo, propor a favor do processo educativo e resistir às inversões conceituais que vem se aprofundando ao longo do tempo.

Há que se buscar desvelar as possibilidades de aberturas, de brechas participativas no sistema educacional vigente, a fim de ampliar as possibilidades atribuídas aos amplos entendimentos do conceito em relação a democratização educacional.

A preparação de sujeitos sociais para a humanidade (e não única e exclusivamente para servir o sistema econômico) também foram esclarecidas no estudo das concepções sócio-históricas do Movimento Estudantil ao longo da história brasileira e santista.

Enxergar a movimentação das finalidades educacionais em consonância com os interesses mercantis, leva a entender a necessidade premente de uma educação formal que almeje desenvolver um projeto humanístico. É possível buscar estratégias de enfrentamento nas franjas sociais.

Ainda que diante dos diversos vieses apontados no decorrer do estudo, o espaço criado pelo Grêmios, ainda que direcionado, pode ser um local de construção de alternativas.



A escola pode ser produzida e reproduzida, criada e recriada, inventada e reinventada pois os sujeitos enquanto seres sociais concretos e datados, ontem e hoje, movem a história. Não existem leis pré-estabelecidas conduzindo o curso contraditório do desenvolvimento da humanidade. As contradições se apresentam e a dialética no movimento do real, das práticas sociais concretas, faz nascer alternativas, movimentos contrários aos pré-estabelecidos hierarquicamente.

Aos professores, entende-se que se faz necessário questionar o rebaixamento que lhes é imposto, em diversos espaços, e buscar alternativas para si, para sua categoria, para seus alunos, para sua classe social, num exercício diário para além do ganha pão (ainda que tudo corrobore para isso) por vias que suplantem o imediatismo no que fazer docente. A compreensão de certos fatores atua sobre as escolhas e posturas de vida.

Nesse sentido procurar elementos para minimizar as alienações, discernir as mediações, construir alternativas no sentido de ampliar possibilidades democráticas no ambiente escolar seriam necessárias dentro da presente estrutura.

#### AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha Orientadora professora Dra. Ivanise Monfredini por meu desvelar.

Somente depois de nossa caminhada consegui ver a Escola, mesmo que trabalhando a décadas na Educação Pública.

#### REFERÊNCIAS

CAVAZZANI, Virginia Fernandes. **A construção da Gestão Participativa na Escola:** um estudo de caso. (Dissertação de Mestrado – programa em Educação) Universidade Católica de Santos, 2007.

DUARTE, Newton. **Limites e contradições da cidadania na sociedade capitalista.** Proposições, Campinas, v. 21, n. 1 (61), P.75-87, jan. / abr. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a06.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

MACHADO, Raphael Amorim. **A (des)construção da cidadania no neoliberalismo:** um estudo sobre os discursos do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret->

2010/raphael\_machado\_a%20desconstrucao\_cidadania\_neoliberalismo.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Igualdade substantiva e democracia substantiva.** Margem Esquerda 25, 2015.